

Por Claudio Dantas

O TCU acaba de aprovar acórdão de auditoria que fez um mapeamento inédito dos órgãos da Administração Federal que estão expostos a riscos de fraude e corrupção.

Segundo o relatório, obtido por O Antagonista, pelo menos 38 unidades com “alto poder econômico possuem fragilidades nos controles nas classificações ‘alta’ e ‘muito alta’, o que gera bastante exposição aos referidos riscos”.

“Essas instituições juntas geriram orçamento anual de mais de R\$ 216 bilhões”, diz o tribunal.

De acordo com a auditoria, 80% das instituições com alto poder econômico e de regulação (extrato dos 30% maiores), pertencentes ao Orçamento-Geral da União – OGU, só começaram a implantar uma rotina de gestão de riscos e controles internos.

A situação gravíssima alcança também as estatais. Das 102 instituições com maiores poderes econômico e de regulação, 70% declararam que não estão implementadas medidas de monitoramento da gestão da ética.

“É forçoso concluir, ainda, que as estatais de maior poder econômico (extrato dos 30% maiores) pouco avançaram no estabelecimento de modelo de dados abertos, de transparência e de accountability.”

Fonte: O Antagonista, em 14.11.2018.